

nome	instituicao	proposta	descricao	justificativa
Fabio F. Brognoli	Superintendencia Municipal de Pesca e Maricul	Revisão do Plano de Saneamento	Viabilizar a construção de estruturas de saneamento para ranchos de pesca e de maricultura, viabilizando os trabalhos desenvolvidos nestes locais de trabalho	A pesca e maricultura são atividades simbolo na nossa cidade, e não estão contempladas no saneamento, o que precariza a atividade desenvolvida por nossos produtores, fazendo que os mesmos ou utilizem da imaginação ou burlem a lei .
Fernanda Santos Amorim	PMF	Política de Saneamento	Esgotamento sanitário para ranchos de pesca.	Necessidade de oferecer aos pescadores que permanecem o dia inteiro no mar e na praia banheiro e cozinha com condições mínimas.
Sandra Regina Moreira Pires Voltolini	CRECI SC	Política de Saneamento	Saneamento com uso correto da rede de esgoto, sem custo de fiscalização para poder publico, na fatura da CASAN deve ter um comunicado que cada unidade imobiliária apresente em 60 dias uma ART de auto inspeção e junto com o laudo e CREA padrão da CASAN, passandi o prazo serão multadas	Plataforma para receber as ARTs e conferência de CREA, gerando fiscalização por amostragem e multa no caso de infração nos autos de inspeção.
Eugênio Luiz Gonçalves	Conselho Comunitário da Costa de Dentro	Política de Saneamento	A CASAN deverá publicar em seu site a capacidade de captação do volume de esgotamento sanitário por Estação de Tratamento de Esgoto e o volume atual ocupado.	Transparência pública
Eugênio Luiz Gonçalves	Conselho Comunitário da Costa de Dentro	Política de Saneamento	Condicionar nas regiões que tiver Estações de Tratamento de Esgoto a capacidade existente de absolvição das respectivas estações para novas expansões.	Evitar o colapso da Estação de tratamento de esgoto e comprometimento da preservação ambiental.

Flavio De Mori	Associação de Moradores de Ratonos - AMORA	Revisão do Plano de Saneamento	Priorizar a instalação de sistemas de saneamento básico público utilizando soluções alternativas adequadas no Distrito de Ratonos e nas comunidades do interior da Bacia do Rio Ratonos, em função da relevância e importância ambiental da região - Prazo - alinhado com a meta 44 - ano de 2020	Incorporação de uma meta na Estratégia 17 - Soluções alternativas de esgotamento sanitário e sistemas individuais tendo em vista: que na região está localizada a estação ESEC Carijos, uma estação ecológica de proteção ambiental; que a região abriga o maior estuário da ilha de Santa Catarina tendo o maior e mais preservado manguezal da ilha, de ser a Bacia do Rio Ratonos a maior bacia hidrográfica da Ilha; a relevância e importância ambiental e suas potencialidade econômica/social decorrentes. A priorização a implantação de sistemas de saneamento básico público no distrito de Ratonos e no interior da bacia do Rio Ratonos, onde tem-se perímetros longos e baixa densidade populacional com formação de pequenos núcleos habitacionais irá garantir a qualidade da água dos rios da bacia do Ratonos e como consequência, contribuir para a garantia da balneabilidade das praias próximas a Foz do Rio Ratonos e para continuidade das atividades de pesca e maricultura da região, responsáveis pela geração de milhares de empregos, diretos e indiretos.
Flavio De Mori	Associação de Moradores de Ratonos - AMORA	Revisão do Plano de Saneamento	Execução, a partir de 2018, de Programa voltado à inspeção e identificação de irregularidades nas ligações prediais à rede coletora de esgoto, estabelecendo uma logística priorizando as inspeções dos grandes geradores.	Nova redação para a Estratégia 14 - Meta 39 A definição de estratégias para inspeção visando a identificação de irregularidades dos grandes geradores permitirá a PMF e a CASAN, aumentar a eficiência do sistema de tratamento de esgotos, onde existe rede coletora, proporcionalmente ao volume de esgoto gerado com esforço inversamente proporcional.
Julius Tortoza	Sociedade Civil	Política de Saneamento	Verificação de ligações irregulares de águas pluviais na rede de esgoto sanitário e realização da ligação correta para a rede pluvial. Uma ligação irregular a menos significa menor aporte ao sistema de esgotamento sanitário.	Evitar a sobrecarga sobre o SES e o tratamento do que realmente é necessário. Menor custo de operação e maior eficiência do SES.
Julius Tortoza	Sociedade Civil	Política de Saneamento	Incentivo aos moradores da cidade de Florianópolis e sua conscientização para a fazerem a ligação do esgoto doméstico ao SES.	Evitar que o esgoto chegue a rede pluvial e conseqüentemente ao ambiente. Evitar a contaminação do lençol freático.

Albertina da silva	Revisão do Plano de Saneamento	<p>Meta 1-Estruturação do modelo de gestão municipal de saneamento com ampliação da equipe técnica para fazer frente as demandas do setor.</p> <p>Meta 2-Criação do sistema municipal de informação em saneamento, georreferenciadas com todas as informações do plano de saneamento básico,- mapas das ETES,SES, áreas com serviços públicos de saneamento implantados, expansões segundo propostas do plano, processos de controle,relatórios técnicos de supervisão, acompanhamento de obras de expansão, manutenção,informação aos munícipes sobre sistemas individuais, alternativos, coletivos... nos moldes estabelecidos na lei federal 11445/07.</p> <p>Meta 3-Adequação da natureza jurídica do Conselho Municipal de Saneamento, conferindo caráter deliberativo , conforme aprovado na primeira conferência de saneamento.</p>	Criação de uma nova estratégia (Modelo institucional para a gestão do saneamento) apresento três metas .
Albertina da silva	Revisão do Plano de Saneamento	<p>Na estratégia Gestão da informação ,</p> <p>Meta 1-substituir a palavra Definição por Gestão.</p> <p>Meta 2 -complementar com, contemplando a série histórico dos resultados já levantados.</p> <p>Meta 3-Elaboração em conjunto com o município do cronograma de obras e investimentos para o período 2018-2021 com atualização anual do referido cronograma em janeiro de cada ano para o período quadrienal seguinte, com disponibilização para a fiscalização da agencia reguladora, para o conselho municipal e publicação no sistema de informação do município..</p>	Com objetivo de ampliar a participação do cidadão no processo de participação e fiscalização na gestão dos serviços de saneamento.
Albertina da silva	Revisão do Plano de Saneamento	<p>Estratégia 2</p> <p>Meta 4- disponibilização periódica ao município, do cadastro técnico georeferenciado e atualizados SES em operação, em formato compatível com o sistema de geoprocessamento da PMF</p>	Alteração na redação

Gabriela Tolentino de Sá	Sociedade Civil	Revisão do Plano de Saneamento	Aumentar o vínculo e a parceria da Secretaria de Habitação e Saneamento com as Instituições de Ensino, através de uma plataforma situada dentro dos sites das Instituições onde a Secretaria venha a sugerir linhas de pesquisa/ estudos que ajudariam a subsidiar suas ações no melhoramento dos serviços prestados à cidade.	<p>Facilitar a comunicação entre Prefeitura e Instituições de Ensino significa permitir que um maior número de estudantes tomem ciência das oportunidades de estudo que viriam auxiliar o desenvolvimento da cidade, podendo alinhar suas pesquisas às necessidades da mesma. Quanto mais forte essa parceria, maior a celeridade do desenvolvimento.</p> <p>Eu mesma se não tivesse participado das reuniões e tido a oportunidade de conversar com representantes da prefeitura, iria desenvolver um estudo que não traria muita ajuda para a cidade, pois se tratava de tema que mesmo relacionado ao saneamento, já estava bem avançado dentro do plano, o que significaria que eu empregaria 2 anos de esforços em um estudo que talvez não agregasse tanto. E quantos estudos e teses não são desenvolvidos por ano? Esse fortalecimento na comunicação entre Prefeitura e Instituições beneficiará a todos. Trará um propósito efetivo à linha de pesquisa do estudante e aliviará o acúmulo de funções da Secretaria, que poderá empreender mais do seu tempo à concretização do plano de ações, o que trará, conseqüentemente, um número muito maior de benefícios à cidade.</p>
Albertina da Silva	sociedade civil	Revisão do Plano de Saneamento	<p>Estratégia 2</p> <p>Meta 6-Implantação de cadastro dos usuário dos sistemas público de esgotamento sanitário,integrado ao sistema de Geoprocessamento da PMF,buscando a regularização das ligações prediais à rede de coleta de esgoto. A operacionalidade do sistema deve ser definida em conjunto entrea PMF e CASAN e a ferramenta deve estar disponível a partir de 2019.</p> <p>Meta Nova-implantação de cadastro dos usuários dos sistemas individuais de tratamento de esgoto,integrado ao sistema de geoprocessamento da PMF. A operacionalidade deve ser definida em conjunto com a PMEe CASAN e a ferramenta deverá estar disponível para uso a partir de 2019.</p> <p>Na meta 7 alterar a data de execução para 2019</p>	Alteração de redação, e inclusão de nova meta entendendo que o município deve conhecer também os usuário dos sistema individuais.

Albertina da Silva	sociedade civil	Revisão do Plano de Saneamento	Alteração de redação . Estratégia 3 meta 8- Elaboração de estudos periódicos com geração de relatório consolidado com todas as necessidades de aperfeiçoamento, incluindo aspectos de automação, monitoramento, melhorias operacionais, eficiência e eficácia do tratamento, considerando os condicionantes ambientais	Elaboração de relatório não é suficiente .
Vera Lucia Bridi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	(limite de 80 palavras) Integrar e publicizar os cadastros técnicos (sistema CAD/CASAN) e comercial (GIS/CASAN) ao Sistema de Informações Georeferenciadas do Município de Florianópolis (SIG/PMF).	Controle social e de gestão municipal da oferta de serviços de esgotamento sanitário pela operadora.
Vera Lucia Bridi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	A PMF deverá realizar Estudos Técnicos com participação da sociedade civil, para obter cadastro e demarcação territorial de toda população com renda até 3 salários mínimos e população tradicional, com ocupação consolidada, mesmo em áreas de preservação ambiental, para elaborar plano participativo de universalização de acesso à sistemas de tratamento de esgotamento sanitário, de forma não onerosa e extrajudicial, priorizando as áreas de maior risco socioambiental e apresentando-o em Consultas Públicas nos Distritos do Município.	Garantir acessibilidade universal aos sistemas de tratamento de esgotamentos sanitários, recuperação ambiental e prevenção de riscos à saúde.
Vera Lucia Bridi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	Fiscalizar e cadastrar extração irregular de águas subterrâneas dos aquíferos para pagamento de taxas de esgotamento sanitário, haja vista, que esta taxa esta vinculada à taxa de abastecimento de água.	Taxar de forma universal os serviços prestados de esgotamento sanitário.

Vera Lucia Bredi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	A disposição final Ambientalmente Adequada dos Efluentes das Estações de Tratamento de Esgotos – ETE CASAN deverão contemplar soluções cujos EIV (Estudos de Impacto de Vizinhança e EIA/RIMA (Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto de Meio Ambiente) comprovem sua eficácia para tratamento dos volumes e composição advindos das UTPs (Unidades Territoriais de Planejamento) previamente consideradas para aquela ETE, quando da elaboração da Concepção Geral dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.	A Concepção Geral dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário deve especificar quais UTPs (volumes e composições) se destinam para cada ETE e sua capacidade e eficácia de tratamento.
Vera Lucia Bredi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	A Concepção Geral dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário deverá prever os volumes e composições a serem tratados em cada ETE (população total atual e futura) , garantindo a capacidade de suporte dos condicionantes ambientais para preservação da qualidade das águas nos Territórios da Maricultura, Pesca Artesanal e Extrativismo de Berbigões (Resolução do CONAMA n.20, de 18 de junho de 1986 e n.274, de 29 de novembro de 2000).	Garantir a sustentabilidade das comunidades tradicionais, preservando a salubridade de seus territórios.
Vera Lucia Bredi	Associação de Marinheiros e Pescadores farol	Revisão do Plano de Saneamento	Impedir que a disposição final dos efluentes de esgotamentos sanitários da ETE Rio Tavares/Campeche seja no rio Tavares e áreas sedimentares das Baías, até que projetos alternativos sejam capazes de evitar o impacto sócio ambiental previsto no Parecer n. 058/2013, da assessoria técnica do Ministério Público Federal, na Resolução n.001/12 do ICMBio, e Parecer Técnico 001/2014 da FATMA e Consulta Pública aprovem o novo projeto.	Propiciar que diretrizes técnicas que indicam áreas sedimentares como as mais impróprias para recebimento de efluentes finais de ETEs sejam consideradas na Concepção Geral dos Sistemas de Tratamento de Esgotamento Sanitário.

Vera Lucia Bриди	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	Padrões de lançamento dos efluentes finais das ETES devem estar adequados com a legislação ambiental e com os direitos de preservação territorial dos povos e comunidades tradicionais. As metas progressivas estabelecidas em caso de necessidade de adequação dos referidos padrões devem ser fiscalizadas e avaliadas pelos conselhos e órgãos competentes, se submeterem às Consultas Públicas e cumprirem as determinações das Ações Cíveis Públicas.	Permitir o exercício do Controle Social na implementação de equipamentos de Esgotamento Sanitário de forma que estes não causem impacto nos Territórios dos Povos Tradicionais.
Vera Lucia Bриди	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	Estruturação de equipe técnica para elaboração de projetos de sistemas coletivos alternativos de tratamento de esgotos, como wetlands, em locais sem cobertura de rede coletora prevista na atual Concepção Geral dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.	Na atual Concepção Geral dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário muitas áreas do Município não estão contempladas para recebimento de tratamento de esgotamentos sanitários, mesmo a longo prazo, ferindo o princípio de universalização do acesso.
Vera Lucia Bриди	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Política de Saneamento	A Política de Esgotamento Sanitário deve ser participativa, e a Concepção Geral dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário deve estar em consonância com demais planos e políticas como Projeto Orla, Plano de Gerenciamento Costeiro, Plano de Habitação, Plano de Desenvolvimento da Maricultura, Política dos Direitos dos Povos Tradicionais, Legislações Ambientais, Lei dos Recursos Hídricos e ser submetida à apreciação do Conselho de Saneamento e Conselho da Cidade e às Consultas Públicas nos Distritos.	A Política e Planos de Saneamento propostos devem ser avaliados pelas instituições de Controle Social para apreciação de sua eficácia na manutenção da sustentabilidade de suas populações e comunidades tradicionais.
Vera Lucia Bриди	AMAQUAI	Revisão do Plano de Saneamento	A Concepção Geral dos Sistemas de Esgotamento Sanitário deve estabelecer diretrizes de sistemas descentralizados de tratamento de esgotamentos sanitários e os efluentes finais das Estações de Tratamento de Esgoto não tenham como corpo receptor os rios da Ilha de Santa Catarina e as áreas sedimentares das Baías em seu entorno.	A concentração e sedimentação de efluentes de esgotamentos sanitários propiciam à deposição poluentes químicos e proliferação de agentes biológicos patológicos.

Vera Lucia Bredi	AMAQUAI	Política de Saneamento	Articular, com os demais municípios da Grande Florianópolis, pactuação de gerenciamento das bacias hidrográficas, para preservação e recuperação ambiental dos corpos hídricos das Baías e considerar os Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de terem seus Territórios aquáticos preservados de contaminações de esgotamentos sanitários para manutenção de suas sustentabilidades econômica, social e cultural.	Preservar as águas das Baías, território de cultivo de moluscos, extrativismo de berbigões, pesca artesanal, de contaminações (segurança alimentar e sustentabilidade dos povos tradicionais).
Vera Lucia Bredi	AMAQUAI	Política de Saneamento	Publicizar e submeter os Planos de Emergência e Contingência Operacional das Estações Elevatórias de Esgotamentos Sanitários (EEE) e Estações de Tratamento de Esgotamento Sanitário (ETEs), o Plano de Manutenção Corretiva e Preventiva, Plano de Monitoramento e Procedimento Operacional Padrão para ETEs, juntamente com a Concepção de Integração do Sistema de Esgotamento Sanitário (na integra) à Consulta Pública e à apreciação do Conselho Municipal de Saneamento.	Tornar factível a apreciação do Plano de Saneamento pelo Controle Social.
Vera Lucia Bredi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	laboração de relatório sobre a integridade da rede coletora do SES do Distrito do Ribeirão da Ilha (Tapera da Base, Pedregal, Alto Ribeirão, Freguesia Nsa. Sra. da Lapa) através de teste de fumaça e micro filmagem, realizando reparos necessários e submetendo relatório à Agência Reguladora.	Rede coletora existente mas sem fiscalização e sem conexão com ETE em atividade.
Vera Lucia Bredi	AMAQUAI	Revisão do Plano de Saneamento	Demarcar áreas para implantação de wetlands na Caieira da Barra do Sul, Tapera da Barra do Sul, Caicangaçu e outras não contempladas na projeção do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município (PMISB).	Garantir a universalização de acesso a equipamentos de esgotamento sanitário em áreas remotas do município não definidas no PMISB



Vera Lucia Bridi	AMAQUAI	Revisão do Plano de Saneamento	As metas, da Estratégia 18, devem ser reestruturadas, apresentando relatórios técnicos das ocupações territoriais já estabelecidas por UTP (Unidades Territoriais de Planejamento) e considerar a universalização do acesso para estas populações no decorrer dos anos. Nos locais mais isolados prever sistemas alternativos de wetlands e demarcar áreas para suas implantações. As projeções de crescimento demográfico devem avaliar a capacidade de suporte para cada ecossistema, respeitando suas especificidades ambientais, sociais, culturais e econômicas	Muitas áreas não foram demarcadas para recebimento de equipamentos de esgotamento sanitário e os percentuais não especificam a quais dados populacionais por UTPS/bairro/comunidade se referem; também não avaliam os zoneamentos propostos para cálculo de adensamento previsto no futuro.
Vereador Iino Peres	câmara	Política de Saneamento	Nova estratégia com duas metas Integração com o Plano Diretor da Cidade Meta- Elaboração de planejamento para avaliar e monitorar a capacidade de suporte dos sistema de saneamento objetivando auxiliar o plano de desenvolvimento Urbano da Cidade. Meta- Estabelecer, no plano diretor , um plano de urbanização específica nas áreas de influência dos aquíferos Ingleses e Campeche resguardando sua capacidade de recarga e a qualidade da água, a ser complementado com estudos de balanço hídrico de ambos aquíferos.	É imprescindível que para se garantir o sustentável desenvolvimento do plano diretor, deve-se ter um diagnóstico da capacidade de suporte do sistema de e esgotamento sanitário do município, como dos outros três eixos do saneamento ambiental. Não se pode mais continuar a situação já histórica de que o sistema de esgotamento sempre esteja a reboque co crescimento urbano da cidade, sem o necessário planejamento, o que tem gerado um passivo incomensurável da área da falta e carência das infraestruturas deste setor. O sistema de esgotamento, e como todo o sistema de saneamento ambiental, não pode mais ser encarado como uma área secundária no processo de planejamento, e deve tornar-se um elemento estruturante e dinâmico no processo de elaboração, implementação, implantação e avaliação do plano diretor. Este entendimento é central e contemporâneo de enfocar o planejamento e gestão municipais de forma integrada e sistêmica.
Albertina da Silva	sociedade civil	Revisão do Plano de Saneamento	alteração de redação na meta 13. Atendimento das condições de validade das licenças ambientais com envio de relatórios anuais de cada SES para Agência Reguladora e Conselho Municipal de Saneamento com informações atualizadas sobre as atividades executadas no período.	Fortalecimento dos espaços de controle social e fiscalização

Albertina da Silva	sociedade civil	Revisão do Plano de Saneamento	Solicitação de outorga de lançamento de efluente tratado de todas as Estações de Tratamento de Esgoto que atendam Florianópolis, vinculada a estudos de capacidade de autodealeração da redaçapuração do corpo receptor e submetida à consulta pública e demais instrumentos de controle social	Alteração da redação da meta 14 com objetivo de incluir de instrumentos estudos e controle social.
Albertina da Silva	sociedade civil	Revisão do Plano de Saneamento	Fiscalização e monitoramento das atividades dos prestadores de serviço de limpa fossa que atuam de forma credenciada junto à Concessionária com envio de relatório anual para PMF.	Alteração da redação da meta 11 compreendendo que a fiscalização e monitoramento deve ser das atividades das prestadoras.
Albertina da Silva	sociedade civil	Revisão do Plano de Saneamento	Incoporação no âmbito das resposanbilidades da concessionária dos serviços de limpeza periódica de fossas e caixas de gordura, mediante tarifa a ser definida responsável : CASAN	meta a ser incluída na estratégia 5 compreendendo que a concessionária é a responsável por todo o serviços de esgotamento sanitário.
Albertina da Silva	sociedade civil	Revisão do Plano de Saneamento	Credenciamento das empresas que atuam nos serviços de limpa fossa e caixa de gordura no município de Florianópolis, para fins de cadastramento para prestação de serviços de manutenção de sistemas individuais de tratamento, sob responsabilidade da concessionária.	Alteração da redação da meta 16 compreendendo que a concessionária é a responsável pelos sistema de esgotamento sanitário seja ele rede publica ,coletivo ou individual.

Eugênio Luiz Gonçalves	Conselho Comunitário da Costa de Dentro	Política de Saneamento	Estudar a viabilização da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE local, em conjunto com as comunidades locais, com tratamento Terciário, cuja proposta do sistema foi acompanhada e teve a participação por mais de 15 anos dos movimentos já extintos SOS Esgoto Sul da Ilha e Movimento Pró-Qualidade de Vida do Distrito do Pantano do Sul, projeto encontra-se na CASAN.	Os resultados de discussões comunitárias, trabalhos e estudos realizados para Estação de Tratamento de Esgoto - ETE local "Projeto Engevíx / CASAN" foram totalmente incorporados ao Plano Diretor do Distrito de Pântano do Sul, inclusive contando com ajuda de pesquisadores locais nos estudos ambientais da área e na definição locatícia da estação "zoneamento". Neste sentido, o atual Plano Diretor, feito por tecnocratas do IPUF/PMF, estabeleceu uma série de conflitos de interesse de uso e ocupação do solo, ignorou estudos técnicos científicos consistentes sobre a região, agravou a degradação ambiental e ocupações irregulares, auxiliados por uma política equivocada de ligação de água em APP por parte da Concessionária CASAN e convivência da PMF/SMDU/Floram, demonstrando total distanciamento das reais metas de uma política pública de saneamento ambiental séria para o nosso distrito. O Distrito de Pântano do Sul é o maior produtor de água da Ilha de Santa Catarina, portanto a justificativa dos Concessionários e da PMF de que não será construída esta estação (cujos estudos custaram muito dinheiro público), por que na nossa região a
Matheus Feldstein Haddad	Gabinete Vereador Lino Peres	Revisão do Plano de Saneamento	Na meta 43, incluir Povos tradicionais" para também receberem a execução das obras"	Em virtude da necessidade de proteção dos povos tradicionais, reconhecidos por Legislação Federal, e considerando seu modo de vida, faz-se essa sugestão
Matheus Feldstein Haddad	Gabinete Vereador Lino Peres	Revisão do Plano de Saneamento	Criação de uma estratégia entre a 18 e a 19, de 90% de atendimento de esgotamento sanitário.	Justifica-se essa preposição em virtude de ser um instrumento simples de controle social e verificação por qualquer pessoa, do andamento das obras de esgotamento sanitário no município. É de importante ressalva, que está preposição não altera em nada o planejamento da concessionário, nem do município, apenas dá mais transparência ao processo.